



SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII) 0

DEFICIT 0 SUPERAVIT 812.159

FONTE: SIAFI

NOTA: O Órgão 12000 não possui nenhuma disponibilidade financeira vinculada ao Regime Próprio de Previdência (Fontes 156 e 169).

CLÁUDIO MACHADO PINTO
Secretário de Controle Interno

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

MISAEEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário-Geral
Em exercício

CLÁUDIO MACHADO PINTO
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

MISAEEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário-Geral
Em exercício

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2010

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, c/c o artigo 6º, inciso XXV, tudo do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro a dezembro de 2009.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 577/STN/MF, de 15.10.2008 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte.-Esq. MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R\$ 1.000,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
(a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	273.540	255
Pessoal Ativo	144.937	211
Pessoal Inativo e Pensionistas	128.603	44
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	137.610	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	0
Despesas de Exercícios Anteriores	17.626	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	119.978	0
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	135.930	255
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		136.185
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		437.199.421
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	(VI) = (IV/V)*100	0,031149%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -	0,080726%	352.934
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) -	0,076689%	335.284

FONTE: SIAFI 2009

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Limite Prudencial da JMU = 0,076689% conforme Resolução nº 26/CNJ.
- 3) Do valor de R\$ 20.420.238,07 relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$2.794.408,63, se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- 4) Do valor de R\$142.708,32, relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$136.801,32 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

LRF, art. 55, inciso II.
Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") Em 1.000,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	17.815	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.328
Caixa	0	Depósitos	182
Bancos	117	Restos a Pagar Processados	58
Conta Movimento	117	Do Exercício	33
Contas Vinculadas	0	De Exercícios Anteriores	25
Aplicações Financeiras	0	RP Não-processados de Exercícios Anteriores	49
Outras Disponibilidades Financeiras	17.698	Outras Obrigações Financeiras	1.039
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16.659	Débitos Diversos a Pagar	0
Recursos a Receber para Pagamento de RP	1.039	Recursos a Liberar para Pagamento de RP	1.039
SUBTOTAL	17.815	SUBTOTAL	1.328
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	16.487
TOTAL	17.815	TOTAL	17.815
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			9.026
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			7.461

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0
Caixa	0	Depósitos	0
Bancos	0	Restos a Pagar Processados	0
Conta Movimento	0	Do Exercício	0
Contas Vinculadas	0	De Exercícios Anteriores	0
Aplicações Financeiras	0	RP Não-processados de Exercícios Anteriores	0
Outras Disponibilidades Financeiras	0	Outras Obrigações Financeiras	0
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0
TOTAL	0	TOTAL	0
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			7.461

FONTE: SIAFI/2009

Nota:

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") Em 1.000,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO ÓRGÃO 13000	25	33	48	8.978	0
TOTAL	25	33	48	8.978	

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

16.487

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
FONTE 0100	24	33	48	8.178	0
FONTE 0127				799	0
FONTE 0150060027				1	0
FONTE 0151	1				
TOTAL	25	33	48	8.978	

FONTE: SIAFI 2009 e SIAFI2010

Nota:

LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas)

Alte Esq MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO
Presidente do Tribunal
Em exercício

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento
Em exercício

CARLOS EMÍLIO NUNES
Secretário de Controle Interno Em exercício

ATO NORMATIVO Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2010

Torna público o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 e do artigo 69 da Lei nº 12.017/2009.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, c/c o artigo 6º, inciso XXV, tudo do Regimento Interno.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 69 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, bem como os termos da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, Lei Orçamentária Anual para 2010, resolve:

Art. 1º Determinar a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União para o exercício financeiro de 2010, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme anexo.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte.-Esq. MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO

ANEXO

Poder Judiciário
Superior Tribunal Militar
Secretaria de Planejamento

Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União
Exercício Financeiro de 2010

Artigo 69 da Lei nº 12.017/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.

Até o Mês	Pessoal (A)	Outras Despesas Correntes e de Capital	Total
JANEIRO	21.100.000,00	4.115.000,00	25.215.000,00
FEVEREIRO	75.800.000,00	8.230.000,00	84.030.000,00
MARÇO	95.500.000,00	12.345.000,00	107.845.000,00
ABRIL	115.200.000,00	16.460.000,00	131.660.000,00
MAIO	134.900.000,00	20.575.000,00	155.475.000,00
JUNHO	164.450.000,00	24.690.000,00	189.140.000,00
JULHO	184.150.000,00	28.805.000,00	212.955.000,00
AGOSTO	203.850.000,00	32.920.000,00	236.770.000,00
SETEMBRO	223.550.000,00	37.035.000,00	260.585.000,00
OUTUBRO	243.250.000,00	41.150.000,00	284.400.000,00
NOVEMBRO	272.800.000,00	45.265.000,00	318.065.000,00
DEZEMBRO	300.105.933,00	49.382.272,00	349.488.205,00
TOTAL	300.105.933,00	49.382.272,00	349.488.205,00

Notas:

1. Valores passíveis de alteração tendo em vista aprovações de Créditos Suplementares;
2. Os valores da coluna (A) representam os dispêndios brutos com pessoal e encargos sociais mensais.

Alte.-Esq MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO
Ministro-Presidente
Em exercício

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento
Em exercício